

Documentação do português falado em comunidades rurais afro-brasileiras de Sergipe: procedimentos metodológicos

Documentation of the Portuguese spoken in Afro-Brazilian rural communities of Sergipe: methodological procedures

José Humberto dos Santos Santana

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e do Trabalho de Lagarto, Lagarto, Brasil
humbertosantana88@hotmail.com

 <http://orcid.org/0000-0001-6939-1415>

Silvana Silva de Farias Araujo

Universidade Estadual de Feira de Santana/PJD-CNPq, Feira de Santana, Brasil
silvana.uefs.2014@gmail.com

 <http://orcid.org/0000-0001-5561-3179>

Raquel Meister Ko. Freitag

Universidade Federal de Sergipe/CNPq, São Cristóvão, Brasil
rkofreitag@uol.com.br

 <http://orcid.org/0000-0002-4972-4320>

Abstract: On the Brazilian sociolinguistic scenario, linguistic diversity is a theme that needs to be discussed and further detailed before the regularization and standardization of Brazilian linguistic varieties, especially those spoken outside large centers and in rural minority groups, erase the main characteristics of the Brazilian popular vernacular. It is necessary, therefore, to conduct research on recording, describing and analysing the Portuguese spoken in these communities. With this article, we draw attention to the importance of mapping and recording

the Portuguese spoken in Afro-Brazilian rural communities of the state of Sergipe (BR), a linguistic variety that has not yet been object of systematic studies. We highlight the importance of conducting regional researches by developing specific methods for the regions under study.

Keywords: Afro-Brazilian rural communities; formation of sociolinguistic speech samples; policy of Linguistic Diversity.

Resumo: No cenário sociolinguístico brasileiro, a diversidade linguística é um tema que precisa ser discutido e aprofundado, antes que a padronização e a normatização das variedades linguísticas brasileiras, especialmente das que são faladas fora dos grandes centros e em grupos minoritários rurais, apaguem as principais características do vernáculo brasileiro popular. Urge, assim, que sejam realizadas pesquisas de documentação, descrição e análise do português falado nessas comunidades. Com este artigo, chamamos a atenção para a importância do mapeamento e documentação do português falado em comunidades rurais afro-brasileiras sergipanas, variedade linguística que ainda não foi alvo de estudos sistemáticos. Ao longo do texto, ressaltamos a importância da realização de pesquisas regionais com o desenvolvimento de métodos específicos para as regiões em foco.

Palavras-chave: Comunidades quilombolas; constituição de amostras de fala sociolinguísticas; Política da Diversidade Linguística.

1 Introdução

Os sociolinguistas brasileiros têm dedicado, desde a década de 1970, muito esforço investigativo ao registro e descrição das variedades do português Brasileiro (PB), caracterizando-as quanto às dimensões social e regional. Em 2010, com a implantação da Política da Diversidade Linguística (Brasil 2010), eles adquiriram o direito de documentar as línguas minoritárias faladas no território brasileiro e as variedades do PB faladas por grupos minoritários. Implantada por meio do Decreto Presidencial nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010 (Brasil 2010), essa política “[...] tem como principal objetivo a valorização e a promoção da diversidade linguística brasileira [...]” (Iphan 2016: 10).

Uma das ações de valorização previstas nessa política é “[...] o reconhecimento da importância das línguas como elementos de transmissão da cultura e como referências identitárias para os diversos grupos sociais que vivem no país.” (Iphan 2016: 10). Essa importância é reconhecida por meio da emissão do título de *Referência*

Cultural Brasileira (Brasil 2010), pelo Ministério da Cultura, às línguas documentadas “[...] portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.” (Brasil 2010: art. 1º). No âmbito dessa política, assume-se, por conseguinte, a concepção de língua como direito difuso, patrimônio cultural imaterial de todo brasileiro, sendo passível, desse modo, de registro e memória (Freitag 2014).

O Relatório de Atividades (2006–07) do Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística do Brasil (GTDL) classifica as línguas faladas no Brasil em seis categorias histórico-sociológicas, conforme sua origem histórico-cultural e sua natureza semiótica: indígenas, de comunidades afro-brasileiras, de imigração, de sinais, crioulas e a Língua Portuguesa e suas variações dialetais (GTDL 2008). A pesquisa cujos procedimentos metodológicos serão esboçados neste artigo visa à documentação, descrição e análise do português falado em comunidades afro-brasileiras, especificamente Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) rurais, do estado de Sergipe; logo, contempla duas das categorias supracitadas: *línguas de comunidades afro-brasileiras* e *variedades dialetais do PB*.

O estudo do vernáculo dos nativos de comunidades rurais afro-brasileiras justifica-se pela possibilidade de revelar traços das origens da língua portuguesa no Brasil que urgem serem investigados, antes que os processos de urbanização e de escolarização minimizem as marcas de possíveis alterações linguísticas geradas pelo intenso contato entre povos tão culturalmente diversos presentes na sócio-história do PB. Outrossim, a documentação sociolinguística nessas comunidades pode trazer dados robustos que permitam aprofundar a discussão sobre a formação do PB, especialmente no que concerne à participação da população africana na constituição da sua realidade, buscando responder às seguintes questões:

- a) Existem fenômenos morfossintáticos que podem ser atribuídos particularmente ao fato de comunidades rurais afro-brasileiras terem uma intensa história de contato entre línguas, especialmente entre a língua portuguesa e línguas africanas, de modo que esses fenômenos não sejam encontrados em outras variedades populares do PB ou, se o são, o é com menor frequência de uso?
- b) Comunidades rurais afro-brasileiras da Bahia são *linguisticamente* próximas a comunidades rurais afro-brasileiras de Sergipe? A proximidade espacial entre Bahia e Sergipe conduz a uma similaridade nos usos linguísticos dos membros dessas comunidades de fala ou questões sócio-históricas próprias a cada uma delas — a exemplo das muitas situações nas quais conviveram grupos étnicos e linguísticos distintos, e em diferentes níveis de complexidade e duração — levaram a especificidades em suas gramáticas em perspectiva sincrônica?

Uma descrição sistemática comparativa entre comunidades rurais afro-brasileiras dos estados da Bahia e de Sergipe possibilita o delineamento dos processos históricos de formação das variedades da língua portuguesa do Brasil, permitindo identificar que mudanças foram desencadeadas pelo contato entre línguas¹. Na Bahia, há uma forte linha de investigação em comunidades rurais afro-brasileiras (Lucchesi, Baxter & Ribeiro 2009; Almeida & Carneiro 2003 2008 2014; Almeida et al. 2016). Nesse contexto, há o conceito que embasa a coleta e a descrição do português afro-brasileiro (Lucchesi, 2009: 32)

[...] variedade constituída pelos padrões de comportamento linguístico de comunidades rurais compostas em sua maioria por descendentes diretos de escravos africanos que se fixaram em localidades remotas do interior do país, praticando, até os dias de hoje, a agricultura de subsistência.

Em Sergipe, no entanto, ainda não há estudos sociolinguísticos realizados com dados do português afro-brasileiro: as amostras de fala do banco de dados *Falares Sergipanos* (Freitag 2013, 2017), constituídas por entrevistas do tipo diálogo entre informante e documentador, restringem-se ao perfil urbano e escolarizado.

Visando elucidar nossa proposta de documentação e descrição linguísticas, estruturamos este artigo da seguinte forma: na seção 1, descrevemos o processo de constituição de Sergipe, destacando a grande influência dos milhares de negros afro-brasileiros e negros africanos importados para esse estado nos períodos colonial e imperial na demografia local, e o de formação das CRQs sergipanas; na seção 2, descrevemos as fases do processo de certificação e as do de regularização fundiária das CRQs brasileiras, focando aquelas em que as CRQs sergipanas estão situadas e o mapeamento dessas comunidades; e, na seção 3, apresentamos uma proposta de tipologização das CRQs em Sergipe, levando em conta parâmetros sociolinguísticos, como os contatos, os deslocamentos e a relação entre o português afro-brasileiro e outras variedades do português rural brasileiro; e características da sócio-história sergipana.

¹Está em execução o plano de trabalho intitulado “Caracterização do Português Popular Falado em Comunidades Rurais Afro-Brasileiras da Bahia e de Sergipe: Documentação de Comunidades de Práticas Afro-Brasileiras para o Estudo do Contato Linguístico”, desenvolvido por Silvana Silva de Farias Araujo (Docente da UEFS), com o auxílio de Bolsa de Pós-Doutorado Júnior (PDJ-CNPq), com supervisão da Professora Raquel Meister Ko Freitag (docente da UFS/ CNPq) – Processo 154982/2018-0. Com a realização desse projeto, intenta-se ampliar as redes de contatos entre os pesquisadores, principalmente, os da região Nordeste do Brasil, visando transpor os obstáculos impostos pela padronização da coleta de dados, guiados, em grande parte, pela metodologia criada para a gravação de entrevistas em grandes centros urbanos, a exemplo do Rio de Janeiro (Freitag, Lopes & Araújo 2018).

2 Considerações sobre a sócio-história de Sergipe: da importação de afro-brasileiros e africanos às comunidades quilombolas

A abordagem sócio-histórica a respeito do fenômeno linguístico perpassa pelo fato de que uma língua mantém relação com a história da sociedade em que ela se constituiu, pois cada estado da língua resulta de um e contínuo processo histórico. Desse modo, a nosso ver, a estrutura de uma língua somente será totalmente entendida à medida que se compreendam efetivamente os processos históricos de sua configuração, pois as categorias linguísticas que compreendem estruturas fonéticas, fonológicas, morfológicas, sintáticas, lexicais, semânticas, pragmáticas e discursivas convivem não somente com o sistema conceitual humano, mas também com fatores sociais da época e eventos históricos. Nesse sentido, entendemos que, para a documentação e análise sociolinguística do português falado em comunidades rurais afro-brasileiras sergipanas, é imprescindível o estudo prévio sobre o processo de constituição do estado de Sergipe.

2.1 Caracterização sócio-histórico-demográfica de Sergipe

Sergipe foi capitania subalterna (1590–1820) à Bahia e, posteriormente, província (1823–1889) do Império brasileiro (1822–1889) (Figueiredo 1988). “Sergipe nasce[u] à sombra dos currais. De Estância, no Sul, ao rio São Francisco, no Norte, o gado abr[iu] estradas por onde se process[ou] o povoamento.” (Figueiredo 1988: 49). Suas primeiras povoações surgiram em 1590, ano em que seu território foi conquistado pelo Cabo de esquadra português Cristóvão de Barros (Passos Subrinho 1987) e integrado ao da Bahia (Figueiredo 1988).

No século XVII, as principais atividades econômicas de Sergipe eram a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência (Passos Subrinho 1987): era uma capitania fornecedora de carne bovina e produtos agrícolas (farinha de mandioca, milho etc.) à região canavieira da Bahia (Recôncavo Baiano) (Figueiredo 1988; Nunes 2000-02).

Os primeiros cativos africanos e afro-brasileiros chegaram a Sergipe na primeira metade do século XVII (Nunes 2000-02); nesse período, o quantitativo de escravizados afro-brasileiros e africanos era baixo (Nunes 2000-02), e, visto que Sergipe não dispunha de autonomia para importar (leia-se: *tráfico*) mão de obra diretamente da África, predominavam os afro-brasileiros, importados, principalmente, de Salvador/BA.

No final do século XVIII, a pecuária e as lavouras de subsistência foram substituídas pela monocultura da cana-de-açúcar e pela produção açucareira:

[...] **o gado cedeu lugar à cana-de-açúcar**, penetrando para o interior, invadindo as terras do agreste e do sertão semi-árido (sic), ajudando a fixação do colonizador. Mas, pouco a pouco, **os canaviais começaram a ocupar os vales férteis**; com eles, **emergem e proliferam engenhos [produtores de açúcar]** (Santos & Oliva 1998: 23, grifos nossos).

O cultivo em larga escala da cana e a crescente produção açucareira exigiram o aumento do contingente de lavradores de cana (trabalhadores do campo) e do de fabricantes de açúcar (trabalhadores do engenho) (Santos & Oliva 1998). Para suprir essa demanda, os proprietários dos engenhos intensificaram a importação (leia-se: *o tráfico*) de cativos afro-brasileiros e a de cativos africanos. Os grandes contingentes de escravizados afro-brasileiros chegavam, sobretudo, de Salvador/BA (Mott 2008). Quase todos os escravizados africanos eram provenientes de Angola e Congo (Mott 1986). Na medida em que a importação de cativos afro-brasileiros era menos onerosa que a de africanos — nesse momento, a segunda ainda era realizada de modo indireto: a capitania de Sergipe importava africanos importados pela capitania da Bahia ou pela capitania de Pernambuco —, os grandes contingentes de cativos eram constituídos majoritariamente por afro-brasileiros (Mott 2008).

A produção açucareira sergipana atingiu o auge na década de 1840 (Mott 1986), duas décadas depois da elevação de Sergipe à categoria de Província do Império (Figueiredo 1988; Oliveira 2012) e de sua emancipação político-administrativa, a qual lhe concedeu autonomia para importar cativos diretamente da África. No decênio de 1850, em razão da diminuição do quantitativo de escravizados — de 25,5% da população em 1851 para 18% em 1869 — provocada pela interrupção do tráfico transatlântico, a produção de cana de açúcar declinou (Mott 1986). Mas, mesmo declinada, continuou sendo a base da economia da província: a mão de obra escrava continuou sendo largamente utilizada nos engenhos sergipanos (Passos Subrinho 2000; Amaral 2012).

Nos séculos XVIII e XIX, o principal núcleo produtor de açúcar em Sergipe era a região de Cotinguiba (Amaral 2012) — hoje, subdividida em Cotinguiba (microrregião do Leste Sergipano), Baixo Cotinguiba (microrregião situada entre as regiões Leste Sergipano e Grande Aracaju), Japarutuba (município da microrregião de Japarutuba e da região do Leste Sergipano) e Nossa Senhora do Socorro (município da microrregião de Aracaju e da região da Grande Aracaju). Essa região era “[...] ‘a porta de todos os interesses e riquezas da Província’” (Figueiredo 1988: 49). No período 1840/1850, “[...] já movimentava [...] cerca de 90,8% do açúcar então produzido.” (Figueiredo 1988: 49).

Nessa região, a produção açucareira promoveu o desenvolvimento de dez núcleos urbanos, a saber: Capela, Divina Pastora, Japarutuba, Laranjeiras, Maruim, Nossa

Senhora do Socorro, Riachuelo, Rosário do Catete, Santo Amaro das Brotas e Siriri (Amaral 2012). Sedes, nos séculos XVIII e XIX, de grandes quantitativos de engenhos produtores de açúcar — em 1856, a Cotinguiba sediava cerca de 50% do total de engenhos da província (Almeida 1993); em 1881, 63,8% (Bueno 1881) —, esses núcleos, nos referidos séculos (à época, povoados, freguesias e vilas), ostentavam grandes contingentes de cativos afro-brasileiros e africanos. Em 1854, cinco deles estavam entre os dez maiores centros escravistas da província, ou seja, entre os dez que exibiam os maiores quantitativos de escravizados: 1º, Laranjeiras (3.321 cativos \equiv 36,5% da população), 3º, Capela (2.060 \equiv 30,5%), 4º, Nossa Senhora do Socorro (1.675 \equiv 34,3%), 7º, Divina Pastora (1.490 \equiv 45,8%) e 8º, Santo Amaro das Brotas (1.440 \equiv 29,9%) (Figueiredo 1988). Os outros cinco, embora fossem pouco populosos, também acumulavam, no mesmo ano, grandes quantidades de cativos. Em Japarutuba, por exemplo, havia mais pessoas em cativo (890 \equiv 57,2%) do que em liberdade (667 \equiv 42,8%) (Figueiredo 1988).

2.1.1 O negro cativo em Sergipe: opressão, miscigenação e resistência

*[...] foi tão bem recebida aquela breve e discreta
definição de quem chamou a um engenho [produtor]
de açúcar doce inferno.*

Pe. Antônio Vieira (2004 [1633]: 13)

O negro cativo “[...] era coisa (rês), não era gente, não era nada. Não era brasileiro (!). Não era cidadão. Era, a princípio, ‘as mãos e os pés [...]’” (Figueiredo 1988: 47) de seu proprietário. Trabalhava, diariamente, das 6h às 18h (Schwartz 1988 [1985]), “[...] inclusive aos domingos e feriados.” (Figueiredo 1988: 47). Em 1802, havia, em Sergipe, **19.434** cativos (34,9% da população) (Mott 1986); em 1808, **20.500** (28,4%) (Figueiredo 1988; Oliveira 2012); em 1823, **32.000** (26,6%) (Figueiredo 1988); em 1834, **47.812** (29,8%) (Mott 1976); em 1854, **32.448** (24,5%); em 1872, **31.969** (13,6%); em 1884, **25.874** (?); e, em 1887, **16.888** — ou **16.875** — (?) (Figueiredo 1988).

Esse grande contingente de afro-brasileiros e africanos escravizados contribuiu sobremaneira para a elevação do nível de miscigenação da população sergipana no século XIX, sobretudo na primeira metade, pois, entre 1802 e 1834 (em três décadas), o quantitativo de pardos (descendentes de brancos e pretos, brancos e pardos, pardos e pardos, e pardos e pretos) aumentou em 239,2% (triplicou): passou de 20.849 (Figueiredo 1988) para 70.717 (Mott 1976). Segundo Mott (1976), em 1834, os pardos — livres (55.466) e cativos (15.251) — equivaliam a 44,1% da população. Se, a esse percentual, acrescentarmos o de pretos — livres (25.647) e cativos (32.561) —, constataremos que os afro-brasileiros e os africanos representavam cerca de 80% do total de habitantes da província (160.452). “Havia, em média, 4 pessoas ‘de cor’ para cada branco.” (Mott 1976: 10) e 85, para cada indígena. Com efeito, a população sergipana consistia em:

[...] **uma das mais altas “misturas” raciais ou étnicas do País**, o que, ainda hoje, é fácil de constatar. É de se admitir a existência, no Estado, de contingente e mitigada democracia racial, a qual, na cama, no mato ou no chão, nasceu de baixo para cima, feita de gente, cheirando a povo (Figueiredo 1988: 55, grifos nossos).

Lutando pela sobrevivência — eram mal alimentados, mal abrigados e constantemente castigados (Schwartz 1988 [1985]) — e pela liberdade (Amaral 2012), muitos cativos sergipanos — homens e mulheres jovens, adultos e idosos (Amaral 2012) — fugiram das sedes das freguesias e vilas da capitania/província, das extensas áreas de cultivo de produtos agrícolas — mandiocais (da primeira metade do século XVII à segunda metade do XIX), milharais (da segunda metade do XVII à segunda do XIX), canaviais (da segunda metade do XVIII à segunda do XIX) etc. (Nunes 2000-02; Santos 2004) — de seus proprietários, das senzalas dos engenhos produtores de farinha de mandioca e das dos produtores de açúcar — nas longas temporadas de colheita da cana, trabalhavam até o limite da resistência física (Schwartz 1988 [1985]): “[...] gente toda da cor da mesma noite (!), trabalhando vivamente, e gemendo tudo ao mesmo tempo, sem momento de tréguas nem de descanso [...]” (Vieira 2004 [1633]: 13) —, e formaram quilombos (Oliveira 2010; Amaral 2012). Segundo Nunes (2000-02), os primeiros surgiram no início da segunda metade do século XVII. Nesse momento, localizavam-se na região do Vale do Rio Real, na do Baixo São Francisco e, principalmente, nas matas de Itabaiana (Nunes 2000-02). Os erguidos nos séculos XVIII e XIX localizavam-se, sobretudo, na região de Cotinguiba (Oliveira 2010; Amaral 2012).

Após a abolição da escravidão, os ex-escravizados sergipanos que não haviam fugido dos engenhos e formado quilombos continuaram trabalhando para seus antigos proprietários e morando nos antigos engenhos (agora, fazendas) — ou próximo a eles (formando povoados) — ou migraram para fazendas circunvizinhas e para a periferia dos grandes centros urbanos do estado, em busca de trabalho e de melhores condições de vida. Os ex-escravizados que viviam nos antigos quilombos — os que fugiram dos engenhos e das sedes das freguesias e vilas antes da sanção e promulgação da Lei Áurea, oficialmente Lei Imperial nº 3.353, de 13 de maio de 1888 (Brasil 1888) —, em contrapartida, permaneceram lá (isolados, geralmente) ou seguiram o trajeto daqueles. Os povoados e os bairros (periféricos) fundados por aqueles ex-escravizados e por seus descendentes diretos, bem como os antigos quilombos que resistiram às tentativas de aniquilamento empreendidas pela polícia (Oliveira 2010; Amaral 2012) e que se tornaram povoados, são chamados, hoje, de *Comunidades Remanescentes de Quilombos* (CRQs) (Brasil 1988; FCP² 2016-18); e os

²Ver lista de abreviaturas no final deste texto.

moradores dessas comunidades, especificamente os “[...] descendentes de africanos escravizados que mantêm tradições culturais, de subsistência e religiosas ao longo dos séculos.” (FCP 2016-18: 1), *quilombolas*.

Na seção seguinte, apresentaremos as fases do processo de certificação (reconhecimento) e as do de regularização fundiária das CRQs, bem como aquelas em que as sergipanas estão situadas, pois, aos quilombolas que estejam ocupando as terras dessas comunidades, “[...] é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” (Brasil 1988: art. 68).

3 O processo de certificação e o de regularização fundiária das comunidades quilombolas

A Fundação Cultural Palmares (FCP), instituição voltada para promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileiras, formaliza, há 30 anos, a existência das CRQs no território brasileiro, emitindo a *certidão de autodefinição* (documento que reconhece os direitos dos quilombolas) às comunidades que se autodefinem como “[...] grupos étnicos raciais (sic) [...] com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com formas de resistência à opressão histórica sofrida.” (FCP 2007: art. 2º). Mais de 3.000 comunidades quilombolas brasileiras já receberam a certidão (certificação) (FCP 2016-18).

De acordo com dados divulgados pela FCP no início de 2018, há, no estado de Sergipe, 33 comunidades remanescentes de quilombos certificadas e 3 com processo de certificação aberto (em análise técnica) na referida fundação. Essas comunidades estão distribuídas em 29 municípios e concentradas, principalmente, nas regiões Leste, Centro-Sul e Baixo São Francisco Sergipano (Tabela 1).

No território da antiga Cotinguiba, há 8 (22,2%) comunidades quilombolas, distribuídas em 5 municípios, a saber: Capela (3), Japaratuba (1), Laranjeiras (1), Riachuelo (1) e Siriri (2).

Depois da obtenção da certidão de autorreconhecimento, emitida pela FCP, inicia-se, caso a comunidade requeira, o processo de regularização do território quilombola. Até o ano de 2003, competia à fundação supracitada a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação das terras ocupadas pelos remanescentes dos quilombos. Por força do Decreto Presidencial nº 4.887, de 20 novembro de 2003 (Brasil 2003), a competência passou a ser do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Em Sergipe, não há, ainda, comunidade plenamente titulada. A maioria (19 ≡ 52,8%) tem somente a certidão de autodefinição.

Tab. 1: Distribuição das comunidades quilombolas segundo a região geográfica, Sergipe, 2018. Fonte: Elaborada pelos autores com dados extraídos do *site* da FCP.

Região geográfica	Quant. de comunidades	Percentual (%)
Agreste Central Sergipano	2	5,5
Alto Sertão Sergipano	3	8,3
Baixo São Francisco Sergipano	6	16,7
Centro-Sul Sergipano	7	19,5
Grande Aracaju	4	11,1
Leste Sergipano	9	25,0
Médio Sertão Sergipano	1	2,8
Sul Sergipano	4	11,1
Total	36	100,0

3.1 *O mapeamento das comunidades quilombolas sergipanas*

Das 14 comunidades quilombolas sergipanas com processo de regularização territorial aberto no Incra, somente 7 (50%) têm o mapeamento de seu território divulgado, a saber: Catuabo (município de Frei Paulo), Caraíba e Adjacências (Amparo de São Francisco | Aquidabã | Canhoba | Cedro de São João | Telha), Ladeiras (Japoatã), Luzienses (Santa Luzia do Itanhy), Pirangi (Capela), Pontal da Barra (Barra dos Coqueiros) e Serra da Guia (Poço Redondo).³ A divulgação está sendo realizada por meio de livretos.

O mapeamento é realizado pelo Incra durante a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território. Esse relatório, que consiste na primeira etapa da regularização fundiária, visa ao “[...] levantamento de informações cartográficas, fundiárias, agronômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas, etnográficas e antropológicas, obtidas junto a instituições públicas e privadas” (Incra [2012?]-17: 2); e à identificação dos “[...] limites das terras das comunidades [...]” (Incra [2012?]-17: 2). Na medida em que se trata de uma etapa muito complexa, pois acarreta, geralmente, muitos conflitos entre os remanescentes dos quilombos e os grandes latifundiários (os proprietários das terras a serem expropriadas e entregues, ou “devolvidas”, àqueles), demora muito a ser concluída. Bomfim (2016), em seu relato acerca do processo de elaboração do RTID (entregue em 2013) da comunidade quilombola Brejão dos Negros, localizada no município de Brejo Grande (SE), confirma a existência dos conflitos interpessoais que, frequentemente, retardam a conclusão dessa etapa:

³Corrêa (2016), Frizero (2016a 2016b), Oliveira e Silva (2016), Santos (2016) e Silva (2016a 2016b).

Enquanto os trâmites para continuidade do processo encontram barreiras, na localidade, as relações se acirram. **Ameaças, agressões físicas e verbais**, descrenças e um “batalhão” de “autoridades” da região apoiando os “não quilombolas” [(os latifundiários)] (Bomfim 2016: 1267, grifos nossos).

No ínterim de 20 anos — em 2000, certificou-se a primeira comunidade quilombola sergipana: Mocambo (Porto da Folha) —, a FCP e o Incra (esse, a partir de 2003) conseguiram mapear somente 14 comunidades e divulgar apenas o mapeamento de 7. Almejando localizar as comunidades ainda não mapeadas e contribuir para a divulgação de informações relevantes sobre esses territórios, elaboramos, com base nos dados disponibilizados pela FCP e pelo Incra, um mapa (figura 1) que possibilita identificar a quantidade de comunidades quilombolas existentes em cada região e município sergipanos, e a etapa de certificação (FCP) ou de regularização fundiária (Incra) em que cada uma está situada. Trata-se de um mapa de pequena escala (1:1.500.000), sem a finalidade de “delimitar” o território de nenhuma das comunidades nele representadas, apenas sistematizar o conjunto de informações para uma ação de documentação sociolinguística a fim de subsidiar a investigação se comunidades rurais afro-brasileiras da Bahia são linguisticamente próximas a comunidades rurais afro-brasileiras de Sergipe, como apresentamos na introdução deste texto.

O mapa foi elaborado no *Software QGIS* (Sherman et al. 2016), versão 2.14.16 *Essen*, com *shapefile* (de polígono) do estado de Sergipe, criado pelos cartógrafos integrantes do Projeto *Base Cartográfica de Sergipe*, da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG), e disponibilizado no *site* Observatório de Sergipe, especificamente na *Base Cartográfica Digital de Sergipe* (Sergipe 2017); com *shapefile* (de polígono) de todos os estados brasileiros criado pelos cartógrafos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e disponibilizado no *site* do referido instituto, especificamente em *Bases Cartográficas Contínuas* (IBGE 2017); e com dados referentes à situação das CRQs sergipanas perante a FCP (de reconhecimento) e o Incra (fundiária), extraídos dos *sites* dessas entidades administrativas. Nele foram incluídas 36 comunidades quilombolas: as 33 certificadas e as 3 com processo de certificação aberto na FCP. A inclusão das ainda não certificadas justifica-se pelo fato de tais comunidades se verem como grupos étnico-raciais descendentes dos milhares de negros afro-brasileiros e negros africanos importados para este estado e escravizados, durante três séculos (XVII, XVIII e XIX), nas terras dessa unidade federativa: um dos critérios a serem adotados no processo seleção das comunidades rurais afro-brasileiras sergipanas cujas variedades do PB serão documentadas, descritas e analisadas é o da identidade dos moradores: como eles se veem. Na medida em que seus moradores já se autodeclararam “quilombolas”,

Tab. 2: Distribuição das comunidades quilombolas segundo a etapa de regularização fundiária, Sergipe, 2018. Elaborada pelos autores com dados extraídos do *site* do Incra.

Etapa de regularização	Quant. de comunidades	Percentual (%)
Com RTID publicado	7	50,0
Com PRLT publicada	1	7,1
Com DPDIS publicado	1	7,1
Com TP	4	28,7
Com CDRU	1	7,1
Total	14	100,0

sete cujos RTIDs foram publicados em livretos da Coleção “Terras de Quilombos”, podemos elaborar, a partir delas, os critérios metodológicos que nortearão o processo de seleção das comunidades rurais afro-brasileiras (os locais de coleta das amostras de fala sociolinguísticas) cujos moradores falam o português afro-brasileiro.

4 Critérios para a documentação de CRQs: sócio-história e representatividade

A estratificação de uma amostra para a descrição linguística aos moldes da Sociolinguística costuma seguir critérios metodológicos que visam possibilitar a comparabilidade de resultados (Freitag 2018), embora nem sempre se consiga adotar procedimentos que garantam a aleatoriedade da amostra. Para a descrição linguística, costuma-se parametrizar categorias sociodemográficas amplas, como escolarização, faixa etária, sexo/gênero, faixa de renda, dentre outras. No caso da documentação do português afro-brasileiro, um critério a ser adotado é o da representatividade. Tal critério será adotado tanto na seleção das CRQs quanto na dos falantes.

Para Lucchesi et al. (2009), as CRQs mais representativas do português afro-brasileiro são as [+ isoladas] e [+ afrodescendentes], pois quanto maiores forem o isolamento da comunidade e a proporção de afrodescendentes diretos nela, maior será o grau de interferência da *transmissão linguística irregular* (desencadeada em situações de contato linguístico massivo) na formação da variedade linguística falada por seus moradores.

Para a documentação linguística em Sergipe, propomos estender o critério de representatividade de Lucchesi et al. (2009), de comunidades [+ isoladas] e [+ afrodescendentes], para [± isoladas], [+ afrodescendentes], [+ africanizadas]

e localizadas em municípios (microáreas) e regiões (macroáreas) que foram, nos períodos colonial e imperial, [+ escravocratas]. O fato de uma comunidade quilombola ser [+ afrodescendente] nem sempre a torna [+ africanizada], pois seus proprietários (os residentes e os não residentes) podem não ver os ancestrais africanos e afro-brasileiros como *grupo de referência*. As comunidades cuja maioria dos quilombolas é adepta de religiões de matriz judaico-cristã (da religião Protestante Evangelicalista, principalmente) exemplificam isso: geralmente são [- africanizadas].

Para a situação de Sergipe, constatamos que as comunidades [\pm isoladas], [+ afrodescendentes], [+ africanizadas] e localizadas em municípios e regiões sergipanos que foram, nos séculos XVIII e XIX, [+ escravocratas] — que importaram, nesses séculos, grandes quantitativos de escravizados afro-brasileiros e africanos — conservam, em maior grau, os costumes e tradições de seus fundadores ou dos antepassados desses, assim como as comunidades [+ isoladas] e [+ afrodescendentes] baianas analisadas por Lucchesi et al. (2009). Por hipótese, assim como conservam, em maior grau, a cultura de seus fundadores ou dos seus antepassados, preservam, em maior medida, os seus usos linguísticos.

Na medida em que, em Sergipe, não há comunidade quilombola rural [+ isolada] — todas as rurais têm acesso, em maior ou em menor grau, aos meios de comunicação de massa e aos centros urbanos do estado —, a amostragem se restringe a comunidades rurais [\pm isoladas], [+ afrodescendentes], [+ africanizadas] e localizadas em municípios e regiões que foram, nos séculos XVIII e XIX, [+ escravocratas].

Como, nessas CRQs, não se fala somente o português afro-brasileiro — nelas há, também, os quilombolas que, influenciados pelo contato inter-rural/intergrupar, falam, de modo alternado, o português afro-brasileiro e outra(s) variedade(s) do português popular rural brasileiro (*alternância de variedades*); e os que, influenciados pela mídia, pela escola e pelos contatos inter-rural/intergrupar e extrarrural/extragrupar, falam, de maneira alternada, o português afro-brasileiro, outra(s) variedade(s) do português popular rural brasileiro e a norma urbana culta —, não convém selecionarmos aleatoriamente os falantes representativos dessa variedade linguística. Para selecioná-los, consideramos os deslocamentos e os contatos dos quilombolas — os fluxos migratórios inter-rurais (entre a comunidade e os povoados circunvizinhos) e extrarrurais (entre a comunidade e as zonas rurbana e urbana dos municípios sergipanos) —, e os sentimentos e as atitudes (positivas ou negativas) desses frente à comunidade.

Quilombolas que nasceram, cresceram e vivem na comunidade, e que gostam dela e querem viver nela, são os falantes mais representativos do português afro-brasileiro. Estudos sociolinguísticos de orientação variacionista que investigaram os deslocamentos e os contatos dos falantes, e as reações subjetivas desses frente a sua comunidade (cf. Labov 2008 [1972]; Battisti 2014) evidenciam que aqueles que nasceram, cresceram e vivem na comunidade, e que gostam dela e querem viver nela, inclusive os mais jovens, preservam, em maior medida, os usos linguísticos (do nível lexical ao pragmático-discursivo) de seus ancestrais, pois veem-nos como *grupo de referência*.

5 Considerações finais

Neste artigo, chamamos a atenção para a importância da documentação e mapeamento do português falado em CRQs rurais sergipanas, destacamos a relevância da realização de pesquisas regionais com o desenvolvimento de métodos específicos para as regiões em foco, apresentando uma proposta de classificação das CRQs sergipanas baseada na sócio-história do estado, e a necessidade de uma descrição sistemática comparativa entre comunidades rurais afro-brasileiras dos estados da Bahia e de Sergipe.

Tendo em vista as particularidades da estrutura sócio-histórico-demográfica do estado de Sergipe:

1. baixo percentual de escravizados africanos no século XVII, na primeira metade do XVIII e na segunda do XIX;
2. alto percentual de escravizados africanos na segunda metade do XVIII e na primeira do XIX;
3. baixo percentual de escravizados afro-brasileiros no XVII e na primeira metade do XVIII;
4. alto percentual de escravizados afro-brasileiros na segunda metade do XVIII e no XIX; e
5. alto nível de miscigenação da população sergipana na segunda metade do XVIII e no XIX.

Perguntamos: haverá convergências sociolinguísticas ao confrontarmos os resultados dos estudos realizados nas comunidades rurais afro-brasileiras da Bahia com os dos realizados nas de Sergipe? Em outras palavras: as características sócio-histórico-demográficas de Sergipe interferem nos usos linguísticos, de modo a diferenciá-los dos usos já documentados e estudados na Bahia? Ações de documentação linguística se fazem necessárias, para elucidar essa questão.

Abreviaturas

CDRU Concessão de Direito Real de Uso, CRQs comunidades remanescentes de quilombos, DOS Diário Oficial de Sergipe, DPDIS Decreto Presidencial de Desapropriação por Interesse Social, DOU Diário Oficial da União, FCP Fundação Cultural Palmares, GTDL Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística do Brasil, IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Incra Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Iphan Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, PB português Brasileiro, PRLT Portaria de Reconhecimento dos Limites do Território, RTID Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, RTIDs Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação, SEPLAG Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, TP Titulação Parcial.

Referências

Almeida, Maria da Glória. 1993. *Nordeste Açucareiro (1840-1875): desafios num processo do vir-a-ser (sic) capitalista*. Aracaju: UFS/SEPLAN.

Almeida, Norma Lucia Fernandes de & Zenaide de Oliveira Novais Carneiro (orgs.) 2003. *Amostras da língua falada em Bananal/Barra dos Negros*. Feira de Santana: UEFS Editora.

Almeida, Norma Lucia Fernandes de & Zenaide de Oliveira Novais Carneiro (orgs.) 2008. *Amostras da língua falada na zona rural de Anselino da Fonseca*. Vol. 01. Coleção Amostras da língua falada no semi-árido (sic) baiano. Feira de Santana: UEFS Editora/FAPESB.

Almeida, Norma Lucia Fernandes de & Zenaide de Oliveira Novais Carneiro (orgs.) 2014. *Variação linguística no semiárido baiano*. Feira de Santana: UEFS Editora.

Almeida, Norma Lucia Fernandes de et al. (orgs.) 2016. *Variação linguística em Feira de Santana – Bahia*. Feira de Santana: UEFS Editora.

Amaral, Sharyse Piroupo do. 2012. *Um pé calçado, outro no chão: liberdade e escravidão em Sergipe (Cotinguiba, 1860-1900)*. Salvador: EDUFBA; Aracaju: Editora Diário Oficial.

Battisti, Elisa. 2014. Redes sociais, identidade e variação linguística. In Freitag, Raquel Meister Ko. (org.) *Metodologia de coleta e manipulação de dados em Sociolinguística*, 79-98. São Paulo: Blücher.

Bomfim, Wellington de Jesus. 2016. O reconhecimento do direito à terra e território da comunidade quilombola Brejão dos Negros (SE). In SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA DA UFS, 1., 2016, São Cristóvão. *Anais...* São Cristóvão: Programa de Pós-graduação em Sociologia. 1265-1280. Disponível em: <<https://goo.gl/8uoi03>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

Brasil. Assembléia Nacional Constituinte. 1988. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Institui o Estado Democrático de Direito*. Diário Oficial da União – Imprensa Nacional, Brasília, DF, out. Disponível em: <<https://goo.gl/9nHe1j>>. Acesso em: 16 maio 2018.

Brasil. Presidência da República. 2003. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. *Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. Diário Oficial da União – Imprensa Nacional, Brasília, DF, nov. Disponível em: <<https://goo.gl/QS4L2j>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

Brasil. Presidência da República. 2010. Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010. *Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências*.

Diário Oficial da União – Imprensa Nacional, Brasília, DF, dez. Disponível em: <<https://goo.gl/Stzt47>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

Brasil. Regência do Império. 1888. Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888. *Declara extinta a escravidão no Brasil*. Collecção (sic) das Leis do Imperio (sic) do Brazil (sic) de 1888 – Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, CI, maio. Disponível em: <<https://goo.gl/ECVick>>. Acesso em: 16 maio 2018.

Bueno, Francisco Antônio Pimenta. 1881. *Ferro-vias (sic): preferência de traçados para a ferro-via (sic) na Província de Sergipe*. Rio de Janeiro: Typographia (sic) Nacional.

Corrêa, Máira Leal. 2016. *Quilombo Ladeiras*. Belo Horizonte: FAFICH.

FCP. 2007. Portaria nº 98, de 26 de novembro de 2007. *Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares, também autodenominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos, dentre outras denominações congêneres*. Legislação e Regimento – Fundação Cultural Palmares, Brasília, DF, nov. Disponível em: <<https://goo.gl/eZWUY3>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

FCP. 2016-18. Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ's). Fundação Cultural Palmares, Brasília, DF. Disponível em: <<https://goo.gl/fkAWdr>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

Figueiredo, Ariosvaldo. 1988. O negro escravo em Sergipe: uma introdução ao seu estudo. *Ciência & Trópico* 16: 45-56.

Freitag, Raquel Meister Ko. 2013. Banco de dados falares sergipanos. *Working Papers em Linguística* 14: 156-164.

Freitag, Raquel Meister Ko. 2014. Documentação Linguística de comunidades de práticas. In SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO DE DIVERSIDADE LINGUÍSTICA, 1., 2014, Foz do Iguaçu. *Anais...* Brasília: Iphan. 181-185. Disponível em: <<https://dspace.unila.edu.br/123456789/3606>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

Freitag, Raquel Meister Ko. 2017. Falares sergipanos. In Ataíde, Cleber et al. (orgs.) *Gelne 40 anos*, 119-30. São Paulo: Blücher.

Freitag, Raquel Meister Ko. 2018. Amostras sociolinguísticas: probabilísticas ou por conveniência?. *Revista de Estudos da Linguagem* 26: 667-86.

Freitag, Raquel Meister Ko., Norma da Silva Lopes & Silvana Silva de Farias Araújo. 2018. Ampliando as redes, fortalecendo os contatos. *A Cor das Letras* 19: 5-11.

Frizero, Mariana Gonçalves. 2016a. *Quilombo Pirangi*. Belo Horizonte: FAFICH.

Frizero, Mariana Gonçalves. 2016b. *Quilombo Serra da Guia*. Belo Horizonte: FAFICH.

GTDL. 2008. Relatório de atividades (2006-2007). Iphan, Brasília, DF. Disponível em: <<https://goo.gl/6J9NLD>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

IBGE. 2017. Bases Cartográficas Contínuas. IBGE, Brasília, DF. Disponível em: <<https://goo.gl/Bn35FH>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

Incra. [2012?]-17. Passo a passo da titulação de territórios quilombolas. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Brasília, DF. Disponível em: <<https://goo.gl/PSrsbg>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

Iphan. 2016. *Guia de pesquisa e documentação para o INDL: patrimônio cultural e diversidade linguística*. Brasília, DF: Iphan.

Labov, William. 2008 [1972]. *Padrões sociolinguísticos*. Trad. Marcos Bagno, Maria Marta P. Scherre e Caroline R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial.

Lucchesi, Dante. 2009. Introdução. In Lucchesi, Dante, Alan Baxter & Ilza Ribeiro (orgs.) *O português afro-brasileiro*, 27-37. Salvador: EDUFBA.

Lucchesi, Dante et al.. 2009. O português afro-brasileiro: as comunidades analisadas. In Lucchesi, Dante, Alan Baxter & Ilza Ribeiro (orgs.) *O português afro-brasileiro*, 75-100. Salvador: EDUFBA.

Lucchesi, Dante, Alan Baxter & Ilza Ribeiro (orgs.) 2009. *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA.

Mott, Luiz Roberto de Barros. 1976. Pretos e pardos em Sergipe: 1774-1851. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* 10: 7-37.

Mott, Luiz Roberto de Barros. 1986. *Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade*. Sergipe: Fundesc.

Mott, Luiz Roberto de Barros. 2008. *Sergipe Colonial e Imperial: religião, família, escravidão e sociedade (1591-1882)*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira.

Nunes, Maria Thétis. 2000-02. O escravo negro e as culturas de subsistência na Capitania de Sergipe d'El Rey. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe* 89: 199-207.

Oliveira e Silva, Fernanda Cristina de. 2016. *Comunidade remanescente de quilombos do território Luziense*. Belo Horizonte: FAFICH.

Oliveira, Igor Fonsêca de. 2010. Os negros dos matos: trajetórias quilombolas em Sergipe Del Rey (1871-1888). Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado da Bahia.

Oliveira, Vanessa dos Santos. 2012. Devoção e distinção étnica na Irmandade dos Homens Pretos do Rosário da cidade de São Cristóvão – Sergipe. *Portuguese Studies Review*, 20: 79-112.

Passos Subrinho, Josué Modesto dos. 1987. *História econômica de Sergipe (1850-1930)*. Aracaju: Programa Editorial da UFS.

Passos Subrinho, Josué Modesto dos. 2000. *Reordenamento do trabalho (trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro): Sergipe (1850-1930)*. Aracaju: FUNCAJU.

Santos, Joceneide Cunha. 2004. *Entre farinhadas, procissões e famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia.

Santos, Lenalda Andrade & Terezinha Alves de Oliva. 1998. *Para conhecer a História de Sergipe*. Aracaju: Opção Gráfica.

Santos, Suely Virgínia dos. 2016. *O Quilombo de Caraibas*. Belo Horizonte: FAFICH.

Schwartz, Stuart. 1988 [1985]. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras.

Sergipe. SEPLAG. 2017. Base Cartográfica Digital de Sergipe. Observatório de Sergipe, Aracaju. Disponível em: <<https://goo.gl/HHedkz>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

Sherman, Gary et al. 2016. QGIS: Version 2.14.16 Essen. Disponível em: <<https://goo.gl/wfNiRi>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

Silva, Gustavo Augusto Fonseca. 2016a. *Quilombo Catuabo*. Belo Horizonte: FAFICH.

Silva, Gustavo Augusto Fonseca. 2016b. *Quilombo Pontal da Barra*. Belo Horizonte: FAFICH.

Vieira, Padre Antônio. 2004 [1633]. Sermão XIV. Portal Domínio Público – Ministério da Educação, Brasília, DF. Disponível em: <<https://goo.gl/EZBjiT>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

Recebido: 17/10/2018

Aprovado: 30/10/2018
